

PROJETO DE LEI Nº 3335/2024

Altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, para criar modalidade de operacionalização do auxílio Gás dos Brasileiros.

EMENDA Nº

Item 1. O Projeto de Lei fica alterado com a seguinte redação:

‘Art. 6º-A

§ 2º O desconto de que trata o § 1º poderá ser diferenciado exclusivamente em função da renda familiar, nos termos do regulamento, ficando vedada a diferenciação a partir de critérios como região, localidade, religião, gênero e composição familiar.” (NR)

“Art. 1º

‘Art. 6º-B

III - manter atualizada e disponível na internet, de forma acessível ao público, a relação dos revendedores varejistas de GLP credenciados para a concessão do desconto de que trata esta lei.’ (NR)

‘Art. 6º-D

Parágrafo único. Compete à Caixa Econômica Federal, nos termos do disposto neste Capítulo, manter atualizada e disponível na internet a relação:
I - dos montantes dos descontos concedidos mensalmente, discriminados por estado, município e revendedor varejista de GLP credenciado junto à ANP;
II - dos beneficiários dos descontos de que trata este Capítulo, incluindo os primeiros cinco dígitos do CPF, o município de fruição do benefício e os montantes mensais dos descontos recebidos, garantindo a preservação dos

Apresentação: 29/10/2024 19:34:22.267 - PLEN
EMP 1 => PL 3335/2024
EMP n.1



dados pessoais sensíveis conforme as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).” (NR)

‘Art. 6º-E A modalidade de que trata este Capítulo poderá ser custeada por meio de repasses diretos à Caixa Econômica Federal pela União, de dotações orçamentárias consignadas ao Ministério de Minas e Energia, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.’ (NR)

‘Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por 5 (cinco) anos, produzindo efeitos desde a abertura dos créditos orçamentários necessários à sua execução.’ (NR)

Item 2. Suprima-se o art. 6º-F da da Lei nº 14.601/2023, introduzido pelo art. 1º do presente Projeto de Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Ao assegurar que todos os recursos utilizados no programa sejam claramente identificados e aprovados pelo Congresso Nacional no processo orçamentário, a emenda **fortalece o controle legislativo sobre as finanças públicas e protege o orçamento contra possíveis distorções que poderiam comprometer a responsabilidade fiscal e a eficiência na alocação de recursos.**

Portanto, a emenda proposta contribui para uma gestão pública mais responsável e transparente, alinhada ao interesse público de propiciar o menor gasto possível para o Estado, sem comprometer a eficiência e a eficácia do programa "Auxílio Gás dos Brasileiros". É princípio basilar que qualquer política pública deve ser custeada pelo Orçamento. Não podemos pactuar com “orçamentos paralelos”, como foi a proposta do governo, ao tentar criar repasses diretos da empresa Pré-Sal S.A. (PPSA) para a Caixa Econômica. Isso representaria um



“bypass” das leis orçamentárias aprovadas por este Congresso Nacional. A verdade dos fatos é que qualquer despesa pública precisa e deve, sim, estar no Orçamento.

Além disso, a emenda trata da inclusão dos beneficiários do programa, com a exposição apenas dos primeiros cinco dígitos do CPF e outros dados não sensíveis. A publicidade é importante, mas ao mesmo tempo a proposta preserva a privacidade dos cidadãos enquanto permite um efetivo controle social. Essa abordagem concilia a necessidade de transparência com a proteção dos direitos individuais, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Ao detalhar os montantes concedidos por estado, município e revendedor, a emenda também facilita a identificação de possíveis disparidades ou irregularidades, promovendo uma distribuição mais justa e equitativa dos benefícios. Essa medida não apenas reforça a confiança pública na gestão do programa, mas também contribui para a eficiência e a integridade das políticas públicas voltadas à segurança energética e ao combate à pobreza.

Por último, a emenda ainda reestabelece a redação original do art. 8º da Lei nº 14.237, aprovada pelo Congresso Nacional em 2021. Buscamos com isso manter o prazo de vigência de 5 anos para a lei que regulamenta o programa "Auxílio Gás dos Brasileiros", com efeitos a partir da abertura dos créditos orçamentários necessários à sua execução. Essa limitação temporal tem como principal objetivo garantir que o programa seja revisado e avaliado periodicamente, promovendo uma gestão mais eficiente e responsável dos recursos públicos.

Sala da Comissão, de de 2024

Deputada ADRIANA VENTURA
NOVO/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Da Sra. Adriana Ventura)**

Altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, para criar modalidade de operacionalização do auxílio Gás dos Brasileiros.

Assinaram eletronicamente o documento CD247873483000, nesta ordem:

- 1 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 2 Dep. Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD

Apresentação: 29/10/2024 19:34:22.267 - PLEN
EMP 1 => PL 3335/2024

EMP n.1

